

13

PLANO DE

**GESTÃO
PÚBLICA**

FABIANO 



★ APRESENTAÇÃO

O Programa de Gestão Pública da coligação “UM NOVO CAMINHO PARA ITAQUÁ” da “FRENTE PROGRESSISTA DE ESQUERDA” (PT/PSOL) reúne em um Plano de Gestão as propostas de políticas públicas elaboradas por aquelas e aqueles que se dedicam a lutar por uma

vida mais livre, solidária e feliz em Itaquaquetuba, São Paulo e no Brasil. Trata-se de um trabalho em aberto e em permanente produção. Nosso objetivo é superar o atual modelo de cidade e sua histórica falta de planejamento, baseada na destruição ambiental, na desigual-

dade social, na concentração de riqueza, no patrimonialismo, no racismo, no machismo, na LGBTfobia e no preconceito religioso.

O presente documento apresenta uma plataforma de ações, ampla e transversal às políticas setoriais, para garantir a participação popular, promover a justiça socioam-

biental e defender as liberdades daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião, corpo ou cultura. Acreditamos, assim, que outra cidade é possível!



INTRODUÇÃO

Um novo caminho para Itaquá

A cidade de Itaquaquecetuba, segundo estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), alcançou uma população de 375.000 habitantes em 2020. Com esse número, é a 3ª mais populosa do Alto Tietê e a 71ª mais populosa de todo o país, entre 5.570 municípios. Sua população é majoritariamente composta por mulheres, que representam 50,7% dos habitantes do município, enquanto os homens representam 49,3%. Sua área total é de 82km², o que lhe confere uma ocupação demográfica de 4 mil pessoas por km². Seu orçamento para o ano de 2020 prevê uma arrecadação de R\$ 873 milhões e a dívida pública do município está em R\$ 337 milhões. A maior parte da população possui moradia nas áreas mais próximas do centro da cidade e das estações de trem, o que agravar ainda mais o problema da ocupação demográfica e da infraestrutura urbana. Os transportes ferroviários se constituem como principal ligação entre a cidade e São Paulo.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Itaquá é de

0,714 e a renda per capita mensal de seus moradores é de R\$ 413,15, segundo a Fundação Seade. Segundo os dados do Mapa da Pobreza e Desigualdade os índices de pobreza chegavam a 65,20%, sendo a 4ª cidade com maior incidência de pobreza de todo o Estado de São Paulo. Por outro lado, o PIB do município é o terceiro maior da região do Alto Tietê, perdendo somente para Mogi das Cruzes e Suzano. Entre os 645 municípios do estado de São Paulo, Itaquá tem o 169º melhor PIB. Por ser uma cidade populosa e com grandes disparidades sociais e muita concentração de renda nas mãos de poucas pessoas, a cidade tem a pior distribuição do PIB per capita na região.

Com uma grande vocação industrial, historicamente as gestões não aproveitaram o potencial da cidade e não conseguiram sequer um acesso ao rodoviário. Isso facilitaria o processo de circulação da produção e possibilitaria a instalação de novas empresas e investimentos para o município. Além desses problemas, a cidade apresenta ainda uma am-




pla irregularidade na ocupação de suas áreas para moradia. Atualmente é cidade com o maior número de favelas no Alto Tietê. Ao todo, são 35, contando com um número de 7.412 domicílios particulares irregulares e uma população que chega a 27.568, ou seja, 8,5% de sua população total. As áreas irregulares envolvem zonas de mananciais incidindo em outros problemas, tais como enchentes e alagamentos. Ademais, nos últimos anos as ocupações cresceram na cidade cooperando para falta de serviços básicos a essa população. Os problemas das áreas irregulares fazem parte de um novo

fenômeno originado pela alta valorização de imóveis e especulação imobiliária nos municípios do entorno de Itaquaquecetuba. Com áreas gigantes e socialmente desocupadas na cidade, a população que é excluída dos outros municípios, seja pelo alto valor dos imóveis, seja pela expulsão, por já vir de moradias irregulares, tem encontrado abrigo no nosso município. Tal mudança tem gerado atritos e novas dinâmicas sociais que acarretam grandes problemas não apenas urbanos, como nas áreas da educação, saúde e principalmente segurança.



*Propostas para
transformar nossa cidade*

**MINUTA DO PLANO DE GESTÃO
PÚBLICA - PT/PSOL
FRENTE DE ESQUERDA DE
ITAQUAQUECETUBA**



Em 11 de julho iniciamos o processo de construção do Programa de Governo Participativo do PT/PSol que integram a Frente de Esquerda de Itaquaquecetuba que tem como candidato a prefeito Fabiano Soares (PT) e vice Dr. Adervaldo (PSOL).

As plenárias foram coordenadas pelo pré-candidato a prefeito Fabiano Soares e mediadas por Douglas Izzo, militante e filiado do PT de Itaquá. As propostas apresentadas nessas três plenárias passaram por um processo de sistematização dentro dos 13 eixos definidos anteriormente.

No dia 12 de agosto, em reunião presencial da equipe do Programa de Gestão pública, as propostas dessa minuta inicial, bem como

dos setoriais do PT (sindical, pessoa com deficiência e inter-religioso), foram discutidas uma a uma e adequadas a partir dos destaques apresentados para supressões, inclusões e reformulações que seguem nesta nova versão que traz ainda alteração nos eixos, atualização dos dados da Educação com base no arquivo encaminhada pelo Dr. Adervaldo (PSol) –pré-candidato vice-prefeito –e a incorporação de propostas apresentadas no grupo de Whatsapp desta equipe pelos companheiros Marcos (que enviou contribuições de membros do Conselho de Igualdade Racial de Itaquá e Família Stronger), José Preto, Valter Rocha e Joelson Miranda (propostas do coletivo agrário do mandato do deputado federal Paulo Teixeira).



★ RELAÇÃO DAS PLENÁRIAS REGIONAIS

Região 1:

Centro, Jardim Japão, Nova Itaquá, Tipoia, Manoel Feio, Fiorello, Jardim Carmo, Monte Belo, Vila Virginia, Jardim Gonçalves, Estação, Vila Ercília e Rancho Grande.

Região 2:

Caiuby, Scafidi, Jardim Nicea, Jardim

Josely e Jardim Tropical.

Regiões 3 e 4:

- Jardim Odete, Jardim Moraes, Terra Prometida, Jardim Napoli, Marengo, Sousa Campos e Recanto Mônica.
- Pequeno Coração, Paineira, São Jerônimo e Parque Viviane.



EIXOS DO PLANO DE GOVERNO POPULAR

1. Saúde
2. Segurança Pública
3. Administração, Finanças e Orçamento
4. Infraestrutura Urbana
5. Educação
6. Mobilidade Urbana
7. Política Social
8. Esporte, Lazer e Juventude
9. Cultura
10. Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente
11. Habitação / Moradia
12. Participação e Comunicação Popular
13. Gênero, Raça e Etnia



CONSOLIDAÇÕES DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NAS PLENÁRIAS

1. SAÚDE

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 12.92 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 225 de 645 e 386 de 645, respectivamente.

1.01 Criação do Programa Médico em Casa, para consultas online e gerenciamento de prontuário e receita eletrônica.

1.02 SAÚDE PARA TODOS - Implantar atendimento 24 horas em UBS;

1.03 Retomada de todas as obras de equipamentos de saúde paradas na cidade;

1.04 Implantar a estratégia de Saúde da Família em todas as UBS's da cidade;

1.05 Converter a obra da UBS no Jardim Luciana para que seja transformada em UPA 24h;

1.06 Desafogar atendimentos na UPA do Jardim Caiuby (que na pandemia foi convertida em Hospital de Campanha);

1.07 Avaliar a reativação do Pronto Socorro Municipal;

1.08 Trabalhar para a construção de mais um Hospital Público na cidade;

1.09 Informatizar e integrar todo o sistema de saúde pública do município criando o prontuário médico eletrônico;

1.10 Investir na ampliação da rede para oferta de serviços para dar maior agilidade no agendamento de exames médicos;

1.11 Investir na ampliação dos serviços voltados para o atendimento à Saúde Mental, por meio da criação de unidades do Caps (Centro de Atendimentos Psicossocial) e/ou descentralizar os serviços com inclusão de profissionais em uma UBSs de cada região;

1.12 Desenvolver políticas públicas e campanhas para saúde da população negra;

1.13 Qualificar profissionais da saúde para atendimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans que conte com profissionais



da Saúde para ajudar na transição dessa comunidade;

1.14 Criar um projeto de agentes de prevenção a ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) no município;

1.15 Criar um programa de formação, orientação e suporte, a cuidadores e familiares de pessoas com deficiência (cuidando de quem cuida);

1.16 Criar políticas para o atendimento, produção e manutenção de equipamentos assistivos (órteses e próteses), integrada à política do SUS.



Itaquaquecetuba há muitos anos amarga altos índices de criminalidade e em 2016 fica em 9ª posição de mortes por arma de fogo em SP.

2.01 Implementar a Atividade Delegada para patrulhamento e segurança da cidade por Policiais Militares de folga.

2.02 CIS - Criar a Central Integrada de Monitoramento, com a instalação de câmeras de monitoramento nos centros comerciais dos bairros da cidade e utilizar imagens de sistemas de segurança de empresas públicas e privadas, radares de trânsito e similares para impedir a ação de criminosos;

2.03 Ampliar os serviços de iluminação pública com a substituição das atuais lâmpadas por equipamentos de LED, gerando economia para investir em outras áreas como o Tarifa Zero,

2.04 Criar o Plano Municipal Participativo de Segurança Pública e, a partir do diagnóstico da cidade, im-

plantar novas Bases da Guarda Civil Municipal (GCM), bem como equipar as bases existentes como a da Vila São Carlos;

2.05 Discutir com a sociedade civil, a criação do Fundo Municipal de Segurança Pública;

2.06 Criar um Centro de Formação para Guardas Civis Municipais (que também possa promover qualificação aos demais trabalhadores/as da área de segurança);

2.07 Articular com os órgãos municipais, estaduais e federais a criação de um Sistema de Comunicação Integrada entre a GCM, Polícias Civil e Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, SAMU, Trânsito etc. e as comunidades;

2.08 Pensar projetos de políticas públicas de prevenção à violência nas comunidades locais, tendo prioridade os jovens e as mulheres;

2.0.9 Buscar junto ao Governo do Estado, a implantação da Delegacia de Atendimento às mulheres vítimas de violência, com funcionamentos 24 horas.

2. SEGURANÇA PÚBLICA

3. ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO



3.1 Administração

A cidade tem um percentual das receitas oriundas de fontes externas de 66,2 %, o que a coloca em uma situação de vulnerabilidade e a obriga a buscar formas de superar tal situação.

3.1.1 Construir a Central Administrativa de Itaquaquetuba no Parque Ecológico. A obra será feita a partir de uma Parceria Público Privada (PPP) e o espaço deverá abrigar os principais órgãos da Administração Municipal.

3.1.2 Estabelecer que novos contratos com empresas prestadoras de serviços, só sejam aprovados se cumprirem com a legislação voltada às pessoas com deficiência, assim como, deverão ser adequados os contratos vigentes conforme a legislação.

3.1.3 Relação com o Funcionalismo

3.1.4 Solucionar a questão jurídica do N.U. Nível Universitário (que até então coloca em risco o salário dos servidores públicos da cidade) com a Implementação da Política de Valorização dos Servidores Públicos, com um Plano de Cargos, Carreira e Salários para os trabalhadores e trabalhadoras, garantindo ascensão profissional;

3.1.5 Criar o Sistema de Negociação

Permanente (SINP) como instrumento importante para negociação e mediação dos conflitos inerentes às relações de trabalho do serviço público municipal;

3.1.6 O SINP deverá ser fortalecido e reconhecido pela gestão como espaço efetivo de negociação e resultados, como o estabelecimento de Acordo Coletivo de Trabalho abrangendo todas as cláusulas: econômica, social, saúde do (a) trabalhador (a), condições de trabalho etc.;

3.1.7 Garantir a reposição inflacionária anual, abrangendo os ativos e aposentados (administração direta, autarquias e fundação) por meio de lei salarial a ser criada ou revista mediante discussão com a categoria;

3.1.8 Respeito à liberdade sindical, assegurando à organização sindical a liberação de dirigentes sindicais;

3.1.9 Criar, fortalecer e ampliar políticas de combate à violência e assédio sexual e moral nos locais de trabalho, de forma alinhada à luta sindical em prol da ratificação da Convenção 190 da OIT, aprovada em 2019, que reconhece a violência e o assédio no trabalho como uma violação aos direitos humanos e uma ameaça para a igualdade de oportunidades e estabelece diretri-

zes para sua prevenção, apuração e eliminação;

3.1.10 Criar quatro subprefeituras na cidade. Os equipamentos vão funcionar dentro de estruturas já instaladas no município, como escolas, creches, postos de saúde e outros órgãos da administração municipal. Com isto, a Prefeitura amplia seu atendimento à população sem a necessidade de grandes investimentos em obras públicas.

3.2 FINANÇAS E ORÇAMENTO

IPTU Zero - Considerando o contexto histórico do pós-pandemia, com famílias, empresas e indústrias em situação de extrema dificuldade financeira, conclui-se a necessidade de um congelamento pelos próximos 4 anos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Com a medida, proprietários de imóveis no município que se encontram em condição de inadimplência poderão regularizar sua situação fiscal; empresas e indústrias ganham um novo atrativo para gerar e manter empregos na cidade e os cofres municipais não sofrem grandes abalos. A medida fica condicionada a um índice inflacionário medido pelo IPCA de até 5% ao ano, pois uma variação maior que esta poderia gerar distor-

ções nos cofres municipais.

3.2.1 Renegociar a dívida do município, com objetivo de aumentar o nível de investimento da cidade em áreas prioritárias, gerando economia para investir em outras áreas como Tarifa Zero.

3.2.2 Força-tarefa para cobrar os grandes devedores da municipalidade, gerando receita para investir em outras áreas como o Tarifa Zero.

3.2.3 Implantação do processo eletrônico digital no âmbito da administração e informatização dos processos da Prefeitura, para reduzir os gastos com papel, tinta, etc., e otimizar os serviços municipais, gerando economia para investir em outras áreas como Tarifa Zero.

3.2.4 Criar o aplicativo “Atendimento Virtual”, onde o munícipe poderá baixar 2ª via de IPTU, ISS e demais impostos e taxas municipais, facilitando o atendimento para o cidadão, e economizando gastos com atendimento físico (pessoal, papel, aluguel), gerando economia para investir em outras áreas como Tarifa Zero.

3.2.5 Reduzir o número de secretarias municipais, para elevar a eficiência dos gastos com pessoal, e aumentar a eficácia da gestão, facilitando processos e reduzindo a burocracia para o cidadão, gerando economia para investir em outras áreas como Tarifa Zero

3.2.6 Reduzir o número de cargos

comissionados, gerando economia para investir em outras áreas como Tarifa Zero

3.2.7 Rever e renegociar todos os contratos de alugueis de imóveis que hoje abrigam secretarias e repartições públicas, gerando economia para investir em outras áreas como Tarifa Zero

3.2.8 Realizar auditoria em todos os contratos firmados em gestões anteriores com fornecedores de produtos e serviços, com a finalidade de estimular o combate à corrupção, gerando economia para investir em outras áreas como Tarifa Zero.





Em que pese o fato de cerca de 84% dos domicílios da cidade contar com rede de esgoto adequada, o tratamento de esgoto é absolutamente deficitário e não supera os 10% de tudo que é colocado, assim, é urgente cobrar a SABESP, que precisa investir 60 milhões, e outras concessionárias de serviços públicos para Ampliar, melhorar e regularizar os serviços de água, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica e iluminação pública em todas as regiões da cidade;

4.01 Elaborar um Plano Municipal de Acessibilidade para todo o município, com atenção especial aos prédios públicos;

4.02 Fazer um grande Plano de Pavimentação, priorizando os bairros que ainda não contam com ruas pavimentadas, bem como a manutenção periódica e adequada das vias já asfaltadas no município;

4.03 Criar um Programa Municipal de Zeladoria que assegure a periodicidade dos serviços de manutenção e limpeza de praças, vias, córregos, áreas e equipamentos públicos municipais, em especial nas regiões mais afastadas do centro da cidade;

4.04 Elaborar um Plano de Combate às Enchentes, avaliando a viabilidade de construção de piscinões;

4.05 Retomar e concluir todas as obras paradas de competência do município;

4.06 Atualizar o Plano Diretor da cidade como medida urgente para que seja dada segurança jurídica a quem investe e pretende investir na cidade.

4. INFRAESTRUTURA URBANA





5. EDUCAÇÃO

Atualmente, segundo dados do Deep/Inep/MEC (acessados em 25/07/2020), a cidade tem 24.402 mil crianças com idades entre 0 e 3 anos, no entanto, conforme apenas 5.579 estão matriculas em creches, sendo que destas, apenas 2.390 são atendidas pela rede pública municipal regular e 15 com atendimento especial – as outras 3.350 estão em creches particulares regulares e quatro com atendimento especial, restando a estimativa de 18.643 crianças não atendidas. O déficit de vagas no setor público para atingir a meta prevista no Plano Municipal de Educação (Lei 3.210/2015) até 2019 é de 9.811 vagas (estimativa de 50%), o que justifica a reivindicação dos moradores de todas as regiões da cidade quanto a necessidade de ampliar a oferta de vagas em creches. Para atender essa meta seriam necessárias a criação de 69 creches e contratação de 693 professores.

5.1.1 Construir Centros Educacionais Unificados (CEUs), levando educação, esporte, cidadania e lazer aos estudantes de todas as idades da cidade.

5.1.2 Atualização do estudo de demanda de vagas para creche na

rede pública municipal em todas regiões da cidade;


5.1.3 Viabilizar a criação de novas creches no município;

5.1.4 Capacitar uma equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação para fazer, exclusivamente, a gestão de Creches Conveniadas;

5.2 Educação Infantil - Há 11,2 mil crianças com idade entre 4 e 5 anos, e 9.965 matrículas em pré-escola na cidade, sendo 9.244 matrículas em escolas da rede pública municipal e outras 721 matrículas oriundas da rede privada. Talvez por este motivo, nas plenárias houve apenas um apontamento quanto à pré-escola.

5.2.1 Ampliação das vagas de educação infantil;

5.3 Ensino Fundamental I - Há 27,2 mil crianças, entre 6 e 10 anos de idade, e há 28.064 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental na rede local, sendo que a rede pública municipal ofereceu 25.281 vagas no fundamental I; a rede pública estadual é responsável por 1.054 matrículas e a rede privada tem 1.729 estudantes nessa etapa matriculadas em suas instituições.



Como o número de matrículas nas redes é superior ao de crianças na faixa etária, segundo análise do DIESSE, o fato pode indicar tanto a existência de crianças ou adolescentes fora da idade ideal presentes naquela etapa de ensino, ou a presença de crianças ou adolescentes residentes de outros municípios matriculadas na rede de educação básica de Itaquaquecetuba.

5.3.1 Implementar dois turnos nas escolas da rede pública municipal visando dar maior qualidade ao ensino;

5.3.2 Medida para o fim do turno intermediário demandará construção de mais 29 escolas e contratação de aproximadamente 500 professores;

5.3.3 Atenção especial às escolas de tempo integral que não possuem recurso para se manter;

5.3.4 Melhorar as condições estruturais, de insumos e de recursos humanos na rede pública municipal de ensino;

5.3.6 Elaborar um Plano de Alfabetização na Educação Municipal, pois hoje as crianças chegam ao Ensino Fundamental II, na rede pública estadual ou particular, semialfabetiza

5.3.7 Criar currículo próprio capaz de atender as necessidades das crianças com embasamentos na realidade do município;

5.3.8 Garantir que o Plano Pedagógico da rede pública municipal seja prerrogativa da Secretaria Municipal de Educação com objetivos de promover uma educação pública de qualidade;

5.3.9 Valorização do magistério e dos profissionais da educação com criação de um novo Plano de Cargos, Salários e Carreiras para essa categoria, a ser construído de forma participativa, ouvindo professores, trabalhadores, pais, alunos e os representantes da categoria e do poder público;

5.3.10 Implantar Centros de Educação, Cultura, Esporte e Lazer ou Centros Educacionais Unificados (CEU's).

5.4 Ensino Fundamental II - Há quase 21,9 mil crianças, entre 11 e 14 anos de idade, no município e há 21.960 matrículas no ensino fundamental II. Destes, 21.025 estudantes estão matriculados em escolas da rede pública estadual e 935 nas escolas privadas. A re

cional não oferece vagas nessa etapa de ensino.

5.5 Ensino Médio - Há quase 17,8 mil adolescentes, entre 15 e 17 anos, em Itaquaquecetuba e 12.943 matriculados no ensino médio da cidade, sendo que 12.549 estudantes estão em escolas da rede pública estadual e 394 desses estudantes estudam na rede privada.

5.6 Educação Profissional

Em Itaquá, há 1.583 matrículas em cursos técnicos de nível médio, sendo 507 matrículas em cursos técnico integrado (275 na rede pública estadual e 232 na rede pública federal) e 1.076 matrículas em cursos técnico-concomitante ou subsequente (227 na rede pública estadual, 102 na rede pública federal e 747 na rede privada).

5.7 EJA - Educação de Jovens e Adultos

Na EJA, Itaquá conta com 1.504 matrículas no Ensino Fundamental, sendo 887 na rede pública estadual e 617 na rede pública municipal e outras 2.252 matrículas no Ensino Médio, todas na rede pública estadual.

5.8 Inclusão

- Fortalecer o processo de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com professores formados em Pedagogia e LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), bem como professores e ou auxiliares letores e guia-intérpretes, com participação da comunidade;

- Promover a acessibilidade arquitetônica nas escolas e o transporte escolar acessível;

DIAGNÓSTICO

A cidade de Itaquaquecetuba tem 82 km². Tem um acesso à Rodovia Ayrton Senna e não tem acesso ao Rodoanel; tem duas vias férreas, sendo uma de transporte de pessoas e uma de carga, além de ter o Rio Tietê passando por seu perímetro. A Estrada Alberto Hinoto, divide o município e tem o seu centro entre o Rio Tietê e duas linhas férreas, e agora pelo rodoanel, que deixou vários impactos ambientais.

Com isso, podemos concluir facilmente, que a mobilidade é bastante deficitária na cidade por todos os meios e provoca longos tempos em deslocamentos, seja de ônibus ou veículo particular, além de um grande número de pessoas que andam a pé porque não têm dinheiro para pagar a passagem e assim, ficam impedidas de se consultar no médico, procurar emprego e ter acesso ao lazer.

A cidade tem vários bairros e regiões em que milhares de pessoas não usam a cidade de Itaquaquecetuba para fazer compras, por ser de difícil acesso e ter um transporte caro, e por isso, optam por ir às cidades vizinhas, como por exemplo:

6.1 Muitas pessoas que moram no Marengo e Souza Campos vão para Suzano;

6.2 Moradores do Recanto Mônica, Piatã e Jardim Marcelo, vão a Suzano ou Mogi;

6.3 Josely, Jardim Pinheirinho, Louzada, Nossa Senhora das Graças, Village, Jardim Ike, Caiuby, Jardim Carolina, Jardim Patricia, California têm o acesso mais fácil para Arujá;

6.4 Moradores da região do Piratininga e Parque Pequeno Coração vão para Guarulhos;

6.5 Da Vila Sonia, Jardim Fiorelo, Vila Bartira, Jardim Carmo vão para São Paulo,

6.6 Do Rancho Grande e Região do Aracaré vão para Poá.

As pessoas optam pelo transporte individual de veículos porque o transporte é caro e demorado, logo, as pessoas escolhem a solução individual que causa um grande fluxo de veículos nas vias com congestionamentos.

6. MOBILIDADE URBANA





O modelo atual de transporte é anacrônico, caro para a população, para as empresas e comércio e não respeita a realidade social atual em que cada vez mais pessoas têm acesso a veículos automotores. Além disso, há o fenômeno mundial dos aplicativos de transporte, onde quatro pessoas podem dividir um aplicativo da vila Virginia até o bairro Itapuã, por exemplo, pagando pouco mais de R\$1,60 por pessoa. Já o valor de ônibus para a mesma viagem custa R\$4,40 por pessoa. Isso evidencia que o atual sistema é insustentável.

Segundo planilha da concessionária que administra o transporte público municipal em Itaquaquecetuba, são transportados, em média, 1.275.480 por mês e 1.017.618 pagantes, cujo custo mensal é de R\$ 4.173.233,00. Ou seja, isso significa que transportamos pouco mais de 16 mil pessoas por dia, um número baixo para uma cidade com mais de 370 mil habitantes. Com o Tarifa Zero é certo que Itaquaquecetuba poderá ter mais de 5 milhões de viagens por mês, o que permitirá liberdade para comprar e vender na cidade, melhoria no trânsito do município e qualidade de vida para a população.

O transporte já custa quase 25% do salário de quem ganha até um salário mínimo, o que é realidade de boa parte da população, e cerca de R\$ 5.000,00 por ano para cada família.

Em Itaquaquecetuba, uma empresa que tem 100 funcionários gasta pelo menos R\$ 25.000,00 por mês com transporte municipal.

O mais dramático é que 40% da população ganha até meio salário mínimo, o que impossibilita o uso do transporte público, já que representaria 50% do salário de cada um.

TRANSPORTE COMO DIREITO SOCIAL

O transporte público, que atualmente entendemos como mobilidade urbana, já havia sido mencionada na Lei 10.257 de 2001, o Estatuto da Cidade, e até regulamentada pela Lei 12.587 de 2012, a chamada Lei da Mobilidade Urbana. Porém, foi alçada e reconhecida como direito social pela CF em 2015, com a aprovação da Emenda Constitucional 90/15, de autoria da Deputada Federal do PSOL Luiza Erundina da lei mais importante do país que é a Constituição Federal.

A CAPACIDADE DO MUNICÍPIO DE ITAQUAQUECETUBA DE CUSTEAR UM TRANSPORTE PÚBLICO GRATUITO

A grande pergunta é: é possível um sistema de transporte gratuito em Itaquaquetuba? Antes de responder é importante lembrar que toda mudança de modelo gera desconforto e insegurança, mesmo porque estamos condicionados a acreditar que não podemos ser felizes.

01. Considerando que a administração pública tem muitos gastos com locações de imóveis enquanto tem imóveis públicos abandonados,

02. Considerando que, a redução dos valores de muitos alugueres irá gerar a economia de milhões de reais.

03. Considerando que a administração poderá alterar o código tributário para que novos loteamentos façam repasses em valores para o município em vez de deixar áreas institucionais em que poderão ser invadidas ou acabarão virando áreas de descarte irregular de lixo e entulho porque a cidade não constrói equipamentos públicos.

04. Considerando que, é público e notório a existência de cargos comissionados “fantasmas” e que pre-

cisam ser demitidos.

05. Considerando que, com o Tarifa Zero acabará os custos com equipamentos eletrônicos para bilhetagem, que custam R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), cujo gasto mensal é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), segundo a planilha da empresa.

06. Considerando que, com o Tarifa Zero não será preciso gastar mais de R\$ 50.000,00 com a impressão dos bilhetes das gratuidades dos idosos, deficientes e estudantes.

07. Considerando que, com o Tarifa Zero não será preciso gastar fortuna com a grande estrutura do Itaquapasse.

08. Considerando que, é possível que parte dos valores de multas de trânsito, multas por infrações de

outra natureza e da Zona Azul podem ser utilizadas para financiar o transporte público.

09. Considerando que, a criação do processo administrativo digital no âmbito da administração irá gerar economia.

10. Considerando que, a venda da frota de veículos da administração não essenciais irá gerar uma grande economia.

11. Considerando que, é possível a publicidade em veículos e terminais de ônibus gerando receita que poderá ser investido no fundo financiador do Tarifa Zero.

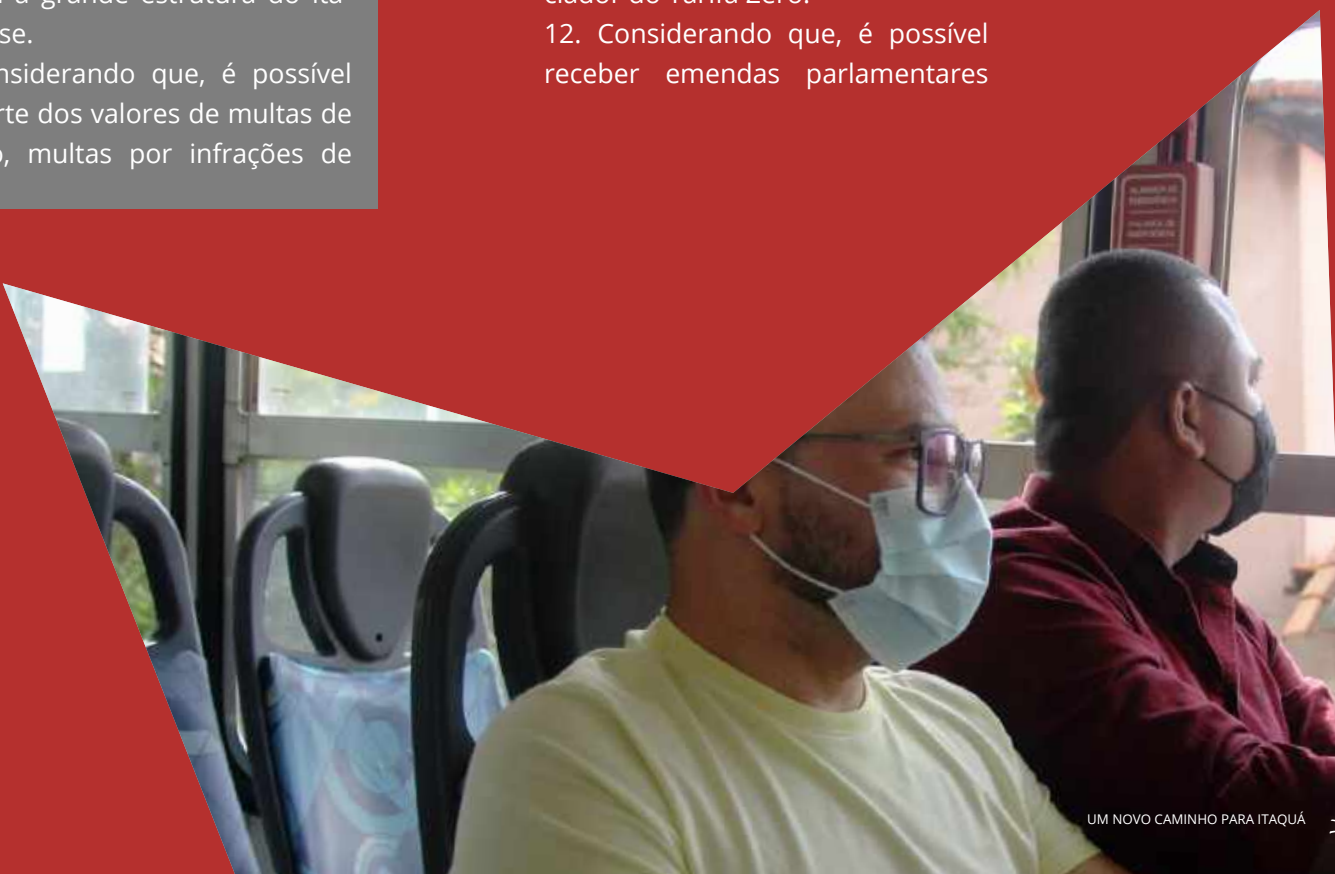
12. Considerando que, é possível receber emendas parlamentares

de deputados federais e estaduais para financiar o fundo de transporte do Tarifa Zero.

13. Considerando que, não haverá mais gasto com fiscal de ônibus para controlar eventuais embarques sem pagar a passagem.

14. Considerando que, não será necessário locar mais os equipamentos que custam R\$ 450.000,00

É possível implantar qualquer política pública, desde que seja colocada como uma das prioridades e as pessoas mais pobres sejam consideradas no orçamento.





BENEFÍCIOS DA TARIFA ZERO

01. O Tarifa Zero representa antes de tudo a LIBERDADE de circular, empreender, comprar e vender. É o efetivo direito constitucional social de ir, vir, ficar e permanecer na cidade.

03. O Tarifa Zero, é antes de tudo, um investimento e distribuição de renda cujo custo benefício para sociedade é diretamente proporcional.

04. Com o Tarifa zero Itaquaquetuba poderá ter mais de 5 milhões de viagens por mês nos ônibus da cidade.

05. As milhares de pessoas que moram nas divisas das cidades de Arujá, Suzano, Mogi das Cruzes, Poá e Guarulhos poderão passar a circu-

lar em Itaquaquetuba.

06. Possibilidade de criação de milhares de vagas de emprego na cidade de Itaquaquetuba, pelo fato de a empresa não precisar pagar passagem.

07. Facilitação de contratação de pessoas da cidade em outras regiões em razão de não precisar pagar uma passagem a mais.

08. Com cerca de 4 milhões de viagens a mais circulando na cidade, terá mais clientes para motoristas de aplicativos.

09. Aumento da arrecadação da cidade com possibilidade de manter o Tarifa Zero e a realizar outras polí-

ticas públicas.

10. Cumprimento dos horários dos ônibus porque a empresa receberá pelo número de viagens e não mais pelo número de passageiros transportados.

11. A ausência em consultas e exames médicos cairão muito já que muitas pessoas deixam de comparecer por não ter o dinheiro do transporte.

12. Os jovens e as pessoas em geral vão poder aproveitar as atividades culturais da cidade.

13. Os praticantes de todas as religiões poderão participar de cultos, missas e outras cerimônias religio-

sas em toda a cidade.

14. Com o dinheiro da passagem é possível fazer um curso de idiomas ou profissionalizante.

OUTRAS MEDIDAS NECESSÁRIAS NA MOBILIDADE URBANA

Discutir com o Governo do Estado a reforma e modernização das Estações de trem do município: Manoel Feio, Itaquaquetuba e Aracaré;

Planejamento e análise técnica para melhorar o trânsito na cidade, em especial na Estrada de Santa Isabel;

Realizar estudos para viabilizar a duplicação da Estrada de Santa Isabel, incluindo as pontes sobre a linha do trem, o duto próximo ao fim da ladeira da Liberdade e sobre a

Rodovia Ayrton Senna;

Exigir do Governo do Estado um acesso digno ao Rodoanel como reparação do impacto do mesmo cortar a cidade;

Discutir com o governo do Estado a criação de mais um acesso à Rodovia Ayrton Senna com a construção de vias marginais (vias paralelas à rodovia, partindo dos Parques Industriais, Una e Caiuby);

Realizar estudos de viabilidade técnica e orçamentária, junto ao Governo do Estado, CPTM/MRS para construção de um viaduto que passe por cima da linha do trem, desafogando o trânsito da cidade;

Criar um acesso entre Manoel Feio e Vila Sônia;

Implantação de ciclovias em todas as regiões do município, priorizando trajetos até às estações e à região central;

Realizar estudos técnicos para repensar e melhorar o transporte público municipal, inclusive a possibilidade de remanejar as linhas existentes e criação de novas linhas como para o Souza Campos; inten-

sificando ainda a fiscalização sobre os serviços prestados pelas concessionárias (condições do ônibus, disponibilidade da frota de veículos, cumprimento de horários e itinerários etc.);

Construção de Terminais de ônibus nas Estações Itaquá e Aracaré, no Jardim Caiuby e reformar o Terminal de Manoel Feio. As respectivas obras serão feitas na modalidade PPP;

Cobrar Junto ao Consórcio de Municípios do Alto Tietê (Comdemat) e ao governo do estado a execução do projeto do BRT Metropolitano Alto Tietê que prevê três trechos atendendo as cidades de Itaquaquecetuba, Arujá, Poá e Ferraz de Vasconcelos;

Cobrar do governo do estado a execução das obras do Ferroanel Norte que interligará as estações de Manoel Feio, em Itaquaquecetuba, a de Perus, em São Paulo, eliminando o conflito entre os trens de carga e de passageiros que existe hoje;

Remover a linha de trem de carga e reconstruir às margens da Rodovia Ayrton Senna. No local da linha removida, uma estrada até o Jardim Romano, para possibilitar um novo

acesso para quem vai sentido a São Miguel Paulista, retirando o trânsito do centro de Itaquá, atendendo assim moradores do Jardim Fiorello e Vila Sônia e até caminhões de transporte pesado;

Revitalizar a estrada Valter da Silva Costa, saindo do Jardim Fiorello passando pela estação Engenheiro Manoel Feio e Vila Sônia até a Vila Maria Augusta;

Implantar o Transporte Complementar com a criação de novas linhas e trajetos, ligando as três estações de trem da cidade;

Implementar e fazer cumprir a legislação de acessibilidade no transporte público, assim como implementar transporte especial de atendimento porta-a-porta, conforme avaliação pelo IFBr (Índice de Funcionalidade Brasileiro).





7. POLÍTICA SOCIAL

Itaquaquecetuba tem 22 mil famílias assistidas pelo programa bolsa família que injeta cerca de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na economia da cidade, há, ainda, outras milhares de pessoas que têm direito ao benefício do Bolsa Família que o município não tem capacidade de fazer busca ativa para inclui-las e injetar alguns milhões de reais na economia da cidade.

PROGRAMA ITAQUÁ CONECTADA

7.01. A crise da COVID 19 mostrou que milhares de crianças deixam de fazer as aulas online em razão de não terem internet banda larga, isso tem sido a mais nova forma de exclusão social com consequências sérias para o futuro, por isso se faz necessário a adoção das seguintes políticas públicas:

7.02. Criar o programa ITAQUÁ CONECTADA que vai democratizar o acesso à internet de banda larga em todo o município, com a criação de pontos de wi-fi abertos em toda cidade onde existam equipamentos públicos como: escolas, postos de saúde, CRAS, CREAS e outros;

7.03. Descentralizar o atendimento à população para realizar o Cadastro Único (CadÚnico);

7.04. Criar programas e ações voltados à população de áreas livres que vive na cidade, buscando resgatar a dignidades dessas pessoas;

7.05. Aprimorar e criar as condições de busca ativa pela assistência social, para inclusão das pessoas com deficiência;

7.06. Promover acesso a tecnologias assertivas às pessoas com deficiência, realizando parcerias com universidade ou outros setores de atuação na área, visando autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social;

7.08. Implementar ou aprimorar o programa de residências inclusivas, visando melhorar, ampliar o atendimento e garantir autonomia das pessoas com deficiência, sem vínculo familiar e em situação de vulnerabilidade.

8.01 Reformar o Parque Ecológico, transformando o espaço em uma grande área de Esporte, Lazer e Cultura (com quadras poliesportivas, campo de futebol, playground, palcos multiuso, teatro e quiosques para comercialização de alimentos, artesanato etc.), tornando um espaço capaz de atrair turistas e gerar emprego e renda para população de Itaquá;

8.02 Retomar e concluir a obra da Praça da Juventude;

8.03 CDM – Centro Desportivos Municipais em áreas públicas ociosas apoiando o lazer e impedindo a invasão de grileiros e o descarte irregular de lixo, entulho, a ação de criminosos e evitando a proliferação de insetos e animais peçonhentos causadores de doença. Esses espaços serão posteriormente, administrados por organização dos times de futebol de várzea da cidade e entidades sociais organizadas na cidade. Tal medida vai viabilizar a implantação de campos de futebol nos bairros/regiões com estrutura adequada de banheiros e vestiários; contribuir na realização de campeonatos entre os clubes locais;

8.04 Promover torneios esportivos entre escolas do município (Jogos Interescolares);

8.05 Promover atividades esportivas para pessoas da melhor idade (acima de 60 anos), incentivando torneios de vôlei adaptado, ginástica, damas, xadrez, dominó, bocha, malha etc.;

8.06 Implantar áreas de lazer e recreação nos bairros de todas as regiões da cidade;

8.07 Criar programa voltado à formação de novas atletas, buscando parceria com grandes clubes para investir nos talentos da cidade com potencial para se tornarem atletas profissionais;

8.08 Articular com empresas da cidade e órgãos dos governos estadual e federal para trazer para cidade uma unidade de lazer e cultura do Sesi ou Sesc;

8.09 Promover atividades esportivas visando inclusão e participação social das pessoas com deficiência;

8.10 Criar centros dia de convivência inclusivos, acolhedores, com suportes necessários e atividades diversificadas, utilizando os serviços disponíveis na cidade, que estimulem a participação social;

8.11 Criar política de cotas para jovens nos programas habitacionais do município;

9.12 Desenvolver projetos sociais voltados à juventude nas comunidades.

8. ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE





9. CULTURA

A cultura em Itaquaquecetuba tem ocorrido de maneira centralizada e com atividades clássicas como: balé, capoeira, pintura e aulas de violão, assim, são necessárias as seguintes intervenções na área cultural:

9.01 Capacitar uma equipe para preparar as entidades da cidade para disputar editais culturais estaduais, federais e internacionais como fonte de riqueza para a cidade elevando a renda e empregos na cidade de Itaquaquecetuba,

9.02 Atualizar o Plano Municipal de Cultural envolvendo e valorizando os artistas locais; com a criação de editais para artistas da cidade que promovem a cultura na cidade,

9.03 Descentralizar as atividades culturais com a criação de espaços culturais na cidade possibilitando que equipamentos públicos como escolas sejam utilizados pelos artis-

tas locais de toda comunidade nos fins de semana levando sessões de cinema, teatro, exposições artísticas e culturais, além de lazer e pertencimento à comunidade em que cada uma está inserida;

9.04 Incentivar a Cultura de Matriz Africana, tornando efetiva a legislação municipal que cria o mês e o Dia da Consciência na cidade;

9.05 Criar um edital de apoio a projetos culturais LGBTQIA+, População Negra, Povos Ciganos etc.;

9.06 Realizar e apoiar atividades culturais inclusivas e, por consequência, acessíveis a todas as pessoas com deficiência.

10.1 Startup - Criação da casa do micro e pequeno empreendedor com linha de crédito de R\$ 3.000,00 a R\$ 50.000,00 e apoio técnico para incentivar a criação startups; o que possibilitará a criação de empregos na cidade.

10.2 Buscar junto ao governo do estado e união a criação de um polo tecnológico de Itaquaquetuba aproveitando a vocação tecnológica da cidade com os alunos e estrutura da Fatec, ETEC e IFESP de Itaquaquetuba.

10.3 Venda da frota municipal de veículos não essenciais e a contratação de aplicativos, como já é feito em outras cidades e nas secretarias de São Paulo, economizando milhões de reais com seguro, combustível e manutenção em geral gerando e distribuindo renda e emprego na cidade de Itaquaquetuba, gerando economia para investir em outras áreas como Tarifa Zero.

10.4 Implementar uma Política Municipal de Resíduos Sólidos;

10.5 Implantar a coleta seletiva em todas regiões da cidade diminuindo assim o custo final da coleta de lixo com a criação de cooperativas de catadores;

10.6 Intensificar a fiscalização nas áreas de descarte irregular de lixo

e resíduos, como na várzea do Rio Tietê;

10.7 Criar Ecopontos em todas as regiões da cidade diminuindo o impacto dos chamados 'bota-fora' no município;

10.8 Implantar em toda a cidade o programa "Cata-Bagulho", para recolher materiais inservíveis não recicláveis como móveis quebrados, restos de construção civil ou poda etc., que são descartados irregularmente em áreas de várzeas ou terrenos baldios;

10.9 Criar um programa de reflorestamentos das várzeas do Rio Tietê;

10.10 Desenvolver projetos e/ou ações voltadas à geração de empregos, trabalho e renda como o incentivo à formação de cooperativas e a promoção da economia solidária;

10.11 Promover cursos de capacitação para geração de renda para jovens, mulheres, adultos e idosos utilizando a estrutura de espaços públicos ociosas nos fins de semana;

10.12 Desenvolver políticas públicas voltadas à atração de novas empresas para a cidade, exigindo como contrapartida a geração de empregos, bem como ter ações para manter as empresas já instaladas na cidade;

10.13 Criar políticas públicas de

10. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE



apoio e incentivos à micro e pequena empresa, bem como para os microempreendedores individuais;

10.14 Incluir Itaqué no cinturão verde do Alto Tietê e trazer um posto de abastecimento para cidade, gerando emprego;

10.15 Incluir o Desenvolvimento Rural Sustentável como atribuição da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Abastecimento;

10.16 Fortalecer a Agricultura Familiar, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, agregação de valor e inserção nos mercados;

10.17 Criar o Plano Municipal de Agroecologia a Produção Orgânica, com vistas incentivar a adoção de sistemas sustentáveis para produção de alimentos saudáveis;

10.18 Articular iniciativas de finanças solidárias, por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito;

10.19 Reservar áreas urbanas ociosas para a prática da agricultura, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social;

10.20 Estimular a produção orgânica, agroecológica e agrofloresta

diversificadas e com baixo impacto ambiental;

10.21 Por meio do Comdemat viabilizar estruturas de fiscalização sanitária, para permitir a adesão dos municípios ao SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária). Com isso, os empreendimentos de processamento da produção da agricultura familiar conseguem um selo para comercialização da produção em todo o território nacional;

10.22 Estruturar uma política de preservação, resgate, produção, multiplicação, distribuição e troca de sementes não transgênicas e apoiar as iniciativas das comunidades locais;

10.23 Apoiar as cooperativas de produção e comercialização oriunda da agricultura familiar, além fortalecer as feiras e espaços de comercialização solidária;

10.24 Criar um Programa Municipal de Compras Governamentais, direcionado para a aquisição de produtos da agricultura familiar;

10.25 Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a compra de alimentos da agricultura familiar;

10.26 Reativar e reformular as associações rurais, para ofertar cursos

de capacitação com apoio técnico nas diversas áreas: artesanato, agricultura familiar, agroecologia, piscicultura, serviços e outros;

10.26 Implantar o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), para dar segurança alimentar e abrir mercado para os produtores da agricultura familiar;

10.27 Apoiar projetos empreendedores e de organização produtiva das mulheres rurais fortalecendo os mecanismos de comercialização e produção;

10.28 Criação de minimercados ou feiras municipais para venda direta do produtor, em diversos bairros.

10.29 Incentivar a criação/operação de estruturas como a de "cozinha piloto" (centralizada), para fornecer além da merenda escolar, comida para programas de restaurante popular, de café da manhã e de complementação à alimentação das famílias, além de fornecer alimenta-

de serviços da prefeitura e ampliar os restaurantes populares, descentralizados;

10.30 Garantir a infraestrutura Rural como acesso à água para consumo, manutenção das estradas rurais, ampliar da rede dados (telefonia e internet);

10.31 Implantar outros equipamentos e desenvolver ações para facilitar o acesso e permitir a logística de escoamento da produção local;

10.32 Estabelecer limites à implantação de monoculturas que possam ocupar as áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou de monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente;

10.33 Incentivar a adoção de sistemas sustentáveis produtivos, a inovação tecnológica e o desenvol-



vimento de sistemas resilientes;

10.34 Criar mecanismos de fiscalização local nos marcos do código florestal;

10.35 Criar projeto com agricultores locais, para ações educativas sobre alimentos produzidos na cidade;

10.36 Implementar política municipal de segurança alimentar e nutricional, ampliando o Banco Municipal de Alimentos;

A - Criar o projeto Bela Cidade com ações voltadas a deixar mais bonita e atrativa tanto para empresas, comércio quanto para o turismo;

B - Potencializar e ampliar a agricultura Familiar e de Orgânicos;

C - Modernizar e aumentar o número de feiras livre na cidade;

D - Implementação de Políticas Públicas para criação de empregos e projetos de lei para inclusão de jovens e pessoas acima de 40 anos no mercado de trabalho;

E - Criar mecanismos para regularizar a economia informal (ambulantes) e o comércio popular;

F - Fomentar e criar cursos para o empreendedorismo da população negra, indígena e cigana;

G - Criar Feiras de Artesanato e Comidas Típicas (nordestina, africana; cigana, árabe, oriental e outras);

H - Desenvolver política de empregabilidade das pessoas com defici-

ência de forma inclusiva, articulada com os serviços de empregabilidade geral da cidade, como uma das políticas de governo.

agroecológica e agroflorestal diversificadas e com baixo impacto ambiental;

- Por meio do Comdemat viabilizar estruturas de fiscalização sanitária, para permitir a adesão dos municípios ao SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária). Com isso, os empreendimentos de processamento da produção da agricultura familiar conseguem um selo para comercialização da produção em todo o território nacional;

- Estruturar uma política de preservação, resgate, produção, multiplicação, distribuição e troca de sementes não transgênicas e apoiar as iniciativas das comunidades lo-

- Apoiar as cooperativas de produção e comercialização oriunda da agricultura familiar, além fortalecer as feiras e espaços de comercialização solidária;
- Criar um Programa Municipal de Compras Governamentais, direcionado para a aquisição de produtos da agricultura familiar;
- Ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a compra de alimentos

- da agricultura familiar;
- Reativar e reformular as associações rurais, para ofertar cursos de capacitação com apoio técnico nas diversas áreas: artesanato, agricultura familiar, agroecologia, piscicultura, serviços e outros;
- Implantar o SIM (Sistema de Inspeção Municipal), para dar segurança alimentar e abrir mercado para os produtores da agricultura familiar;
- Apoiar projetos empreendedores e de organização produtiva das mulheres rurais fortalecendo os mecanismos de comercialização e produção;
- Criação de mini-mercados ou feiras municipais para venda direta do produtor, em diversos bairros.
- Incentivar a criação/operação de estruturas como a de “cozinha piloto” (centralizada), para fornecer além da merenda escolar, comida para programas de restaurante popular, de café da manhã e de complementação à alimentação das famílias, além de fornecer alimentação para funcionários e prestadores de serviços da prefeitura e ampliar os restaurantes populares, descen-





tralizados;

- Garantir a infraestrutura Rural como acesso à água para consumo, manutenção das estradas rurais, ampliar da rede elétrica e de dados (telefonia e internet);
- Implantar outros equipamentos e desenvolver ações para facilitar o acesso e permitir a logística de escoamento da produção local;
- Estabelecer limites à implantação de monoculturas que possam ocupar as áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou de monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente;
- Incentivar a adoção de sistemas sustentáveis produtivos, a inovação tecnológica e o desenvolvimento de sistemas resilientes;
- Criar mecanismos de fiscalização local nos marcos do código florestal;

- Criar projeto com agricultores locais, para ações educativas sobre alimentos produzidos na cidade;
- Implementar política municipal de segurança alimentar e nutricional, ampliando o Banco Municipal de Alimentos;
- Criar o projeto Bela Cidade com ações voltadas a deixar mais bonita e atrativa tanto para empresas, comércio quanto para o turismo;
- Potencializar e ampliar a agricultura Familiar e de Orgânicos;
- Modernizar e aumentar o número de feiras livres na cidade;
- Implementação de Políticas Públicas para criação de empregos e projetos de lei para inclusão de jovens e pessoas acima de 40 anos no mercado de trabalho;
- Criar mecanismos para regularizar a economia informal (ambulantes) e o comércio popular;
- Fomentar e criar cursos para o empreendedorismo da população negra, indígena e cigana;
- Criar Feiras de Artesanato e Comidas Típicas (nordestina, africana; cigana, árabe, oriental e outras);
- Desenvolver política de empregabilidade das pessoas com deficiência de forma inclusiva, articulada com os serviços de empregabilidade geral da cidade, como uma das políticas de governo.

11. HABITAÇÃO / MORADIA

Itaquaquecetuba possui cerca de 180 áreas de ocupação irregular, de acordo com a própria administração municipal. Nestes locais vivem cerca de 200 mil pessoas, aproximadamente metade da população do município.

Diante deste cenário, faz-se necessário:

11.1 Discutir um Plano ou Programa Municipal de Regularização Fundiária em várias regiões da cidade. Esta medida vai resultar em novas fontes de arrecadação para cofres municipais, dar segurança jurídica para os proprietários dos imóveis da cidade e realizar o sonho da escritura da

casa de muitos itaquaquecetubenses; uma questão de dignidade para muitos deles;

11.2 Fazer com que os projetos habitacionais sejam desenvolvidos considerando a necessária acessibilidade, na edificação e no entorno, dentro da legislação e normas existentes no país;

11.3 Atrair investimentos imobiliários de moradia popular em parceria com os governos do Estado e Federal com a atração de unidades do Minha Casa, Minha Vida e CDHU;

11.4 Criar condições para que novos empreendimentos imobiliários de alto, médio e popular sejam construídos no município, gerando renda e empregos para a população e receita que poderá ser investida em política públicas como o Tarifa Zero

12.1 Criação de Subprefeituras, des-centralizando o poder e garantindo mais participação popular;

12.2 Implementar o Orçamento Participativo na cidade, democratizando a decisão sobre os investimentos públicos nos quatro cantos da cidade;

12.3 Criação da Coordenadoria e do Conselho Municipal de Proteção Animal;

12.4 Criação de Conselhos Gestores nas unidades de saúde e escolas municipais;

12.5 Criação, ampliação e/ou fortalecimentos dos Conselhos Municipais, em especial do Meio Ambiente; de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência;

12.6 Implementação da participação social deliberativa, fortalecendo o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), implantando e/ou fortalecendo o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e dando mais poder ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) já existente no município. Estes órgãos têm que ser empoderados, como mecanismos de manifestação e de fiscalização da sociedade civil organizada e como proponente de políticas públicas;

12.7 Criar o Plano Municipal de Acesso ao Material de Acessibilidade, articulada e coordenada pela Coordenadoria ou Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (também a ser criada);

12.8 Avaliar a criação do Fundo Municipal para Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculado ao Conselho Municipal;

12.9 Desenvolver política de Comunicação Inclusiva, tornando acessíveis todas as mídias, próprias ou terceirizadas da Prefeitura;

12.10 Criar um disque denúncia, sobre maus tratos e/ou violência praticadas contra as pessoas com deficiência;

12.11 Criar o canal de denúncias SOS Racismo e de Combate à Intolerância Religiosa;

12.12 Criar conselho inter-religioso; O Órgão Gestor Municipal da Diversidade Religiosa terá como objetivos:

a) Auxiliar na elaboração de políticas de afirmação do direito à liberdade religiosa, no respeito à diversidade religiosa e da opção de não ter religião.

b) Incentivar e promover o estudo entre grupos de pessoas de diversas crenças e convicções, buscando aproximá-los no princípio do respeito mútuo.

c) Contribuir no estabelecimento de

12. PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR



estratégias de afirmação da liberdade religiosa, do direito de não ter religião, da laicidade do Estado e do enfrentamento à intolerância e racismo religioso.

d) Oferecer apoio e orientação jurídica às vítimas de intolerância religiosa, garantindo, entre outras coisas, o acesso aos órgãos públicos de segurança destinados ao combate do crime de intolerância, assim como, aos órgãos de assistência social e saúde pública.

e) Incentivar e apoiar programas, projetos e eventos públicos que promovem o respeito à diversidade e o diálogo religioso, especialmente o Dia Nacional de Combate à Intolerância (21 de janeiro).

f) Estimular a leitura, a pesquisa e o ensino sobre a diversidade religiosa, o diálogo religioso e o combate à intolerância nos equipamentos públicos, tais como: bibliotecas, centros culturais e escolas, respeitando a opção de quem não tem religião.

g) Incentivar a adequação da legislação garantindo a diversidade da assistência religiosa em hospitais, presídios, casas de abrigos, entre outros, a fim de permitir que o paciente/abrigado/acolhido/assistido/reeducando faça sua declaração de preferência religiosa e receba assistência de acordo com sua fé.

h) Unir esforços do Poder Público Municipal e as Entidades religiosas, visando o “cuidado” com o ser humano, tais como assistência psicológica, jurídica, combate à fome etc.

i) Em tempos de Pandemia ou outras situações de calamidades, o Poder Público Municipal poderá considerar a possibilidade de utilizar -- por meio de Termo de Cooperação e/ou Parceria Emergencial por tempo definido -- templos, casas de santos, espaços religiosos diversos, para prestação de serviços de utilidade pública.

12.13 Instituir um Órgão Gestor Municipal da Diversidade Religiosa*, ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito, para a promoção do Diálogo Inter-religioso, o combate à intolerância e a cultura da Paz.





13. GÊNERO, RAÇA E ETNIA

13.1 Criar a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania com a criação de suas respectivas coordenadorias: Coordenadoria Municipal de Políticas Para Mulheres, promovendo as mudanças necessárias para atender a pasta atuar também na defesa dos direitos da mulher;

13.2 Criar um Plano Municipal transversal com promoção de políticas públicas para mulher, com olhar especial para o enfrentamento à violência contra a mulher com a criação da Casa da Mulher com atendimento social, psicológico e orientação jurídica, além de um espaço para a instalação da Delegacia da Mulher.

13.3 Incentivar a participação das mulheres nos espaços de poder na sociedade e nas decisões das políticas públicas;

13.4 Coordenadoria para defesa dos direitos das pessoas com deficiência;

13.5 Criar uma Coordenadoria específica para a população LGBTQIA+ vinculada à Secretaria de Políticas Para Mulheres;

13.6 Criar um Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQIA+ como objetivo de convocar uma Conferência Municipal para elaboração de um Plano Municipal para a população

LGBTQIA+ de Itaquaquecetuba com definição de políticas públicas inclusivas para essa comunidade com enfoque na garantia de direitos, no combate ao preconceito e, principalmente, à violência contra as pessoas por sua orientação/opção sexual;

13.7 Criar a coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

13.8 Fazer a implantação da lei 10.645 na rede pública municipal de ensino;

13.9 Criar cotas para população negra nos concursos públicos;

13.10 Realizar uma atuação articulada com as demais políticas afirmativas, das mulheres, da igualdade racial, das pessoas LGBTQIA+, da juventude e do idoso.

13.11 Coordenadoria de defesa

13.12 Criar o programa Itaqué tem fé para regularizar igrejas e templos religiosos, permitindo que eles funcionem sem nenhum problema, obtenham financiamentos para expansão de seus trabalhos sociais e religiosos e possam executar suas mais diversas atividades para a cidade e suas comunidades.



14. ZOONOSES / PROTEÇÃO ANIMAL

14.1 Criar um Programa Municipal Educativo para combater o abandono de animais e estimular a posse responsável;

14.2 Aperfeiçoar, ampliar e descentralizar o Programa de Castração Gratuita;

14.3 Criar uma Campanha Anual de Castração.

A QUESTÃO DA PROTEÇÃO ANIMAL É UM TEMA TRANSVERSAL, QUE PERPASSA PELA SAÚDE (Zoonoses), EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

★ RELAÇÃO DAS PLENÁRIAS REGIONAIS

1. Os trechos destacados correspondem à ações/propostas que entendemos ser necessária uma discussão política:

- em amarelo por necessitar de esclarecimentos/discussão para definir a manutenção ou não;

- em azul detalhar o ponto exato da proposta de construção do viaduto e avaliar a citação do Estado, CPTM e MRS (se mantém todos, apenas alguns ou um)

★ ANEXOS

1. OBJETIVOS DO ÓRGÃO PROPOSTO PELO SETORIAL INTER-RELIGIOSO DO PT-SP:

*O Órgão Gestor Municipal da Diversidade Religiosa terá como objetivos:

a) Auxiliar na elaboração de políticas de afirmação do direito à liberdade religiosa, no respeito à diversidade religiosa e da opção de não ter religião.

b) Incentivar e promover o estudo entre grupos de pessoas de diversas crenças e convicções, buscando aproximá-los no princípio do respeito mútuo.

c) Contribuir no estabelecimento de estratégias de afirmação da diversidade e da liberdade religiosa, do direito de não ter religião, da laicidade do Estado e do enfrentamento a intolerância e racismo religioso.

d) Oferecer apoio e orientação jurídica às vítimas de intolerância religiosa, garantindo, entre outras coisas, o acesso aos órgãos públicos de segurança destinados ao combate do crime de intolerância, assim como, aos órgãos de assistência social e saúde pública.

e) Incentivar e apoiar progra-

mas, projetos e eventos públicos que promovem o respeito à diversidade e o diálogo religioso, especialmente o Dia Nacional de Combate à Intolerância (21 de janeiro).

f) Estimular a leitura, a pesquisa e o ensino sobre a diversidade religiosa, o diálogo religioso e o combate à intolerância nos equipamentos públicos, tais como: bibliotecas, centros culturais e escolas, respeitando a opção de quem não tem religião.

g) Incentivar a adequação da legislação garantindo a diversidade da assistência religiosa em hospitais, presídios, casas de abrigos, entre outros, a fim de permitir que o paciente/abrigado/acolhido/assisti-

do/reeducando faça sua declaração de preferência religiosa e receba assistência de acordo com sua fé.

h) Unir esforços do Poder Público Municipal e as Entidades religiosas, visando o “cuidado” com o ser humano, tais como assistência psicológica, jurídica, combate à fome etc.

i) Em tempos de Pandemia ou outras situações de calamidades, o Poder Público Municipal poderá considerar a possibilidade de utilizar -- por meio de Termo de Cooperação e/ou Parceria Emergencial por tempo definido -- templos, casas de santos, espaços religiosos diversos, para prestação de serviços de utilidade pública.



13

PLANO DE

**GESTÃO
PÚBLICA**

FABIANO 

